

10. JUN 1985

A prioridade da economia brasileira é a dívida externa (1)

Luiz Carlos Bresser
Pereira (*)



O problema central da economia brasileira, hoje, é dívida externa e não inflação. O Brasil só logrará equacionar o problema da inflação e da dívida interna se, previamente, negociar de maneira satisfatória a sua dívida externa. Está na dívida externa o obstáculo fundamental ao desenvolvimento econômico, à melhor distribuição da renda e à estabilidade dos preços. Ou seja, aos três objetivos econômicos fundamentais da nação brasileira.

Em 1984, quando as exportações brasileiras deram um extraordinário salto, começou a tornar-se comum entre empresários e economistas conservadores a afirmação de que "o problema da dívida externa já está equacionado, o problema agora está na dívida interna e na inflação". Com isto, colocava-se de lado a necessidade de uma posição mais firme e soberana em relação aos credores internacionais. Ora, essa posição é desejada pelos países credores e, no Brasil, por quem não tem ou o interesse, ou a coragem ou a independência em relação aos países centrais para reconhecer quais são os verdadeiros problemas nacionais.

Para substanciar essa afirmação, produziam-se projeções otimistas no balanço de pagamentos brasileiro segundo as quais o superávit comercial brasileiro cresceria para US\$ 20 bilhões e até para US\$ 25 bilhões nos próximos anos.

Em 1985, com a desacelera-

ção da economia brasileira, há o problema de compatibilização do crescimento econômico com a decisão dos credores de evitar sob todas as formas fornecer novos empréstimos — "dinheiro novo", na sua terminologia — ao Brasil. A ideia do FMI e dos bancos credores é de que o Brasil mantenha próximo de zero a conta corrente de seu balanço de pagamentos, pagando os juros da dívida com superávit em transações reais (superávit comercial menos serviços reais). Como os juros devidos a cada ano são cerca de US\$ 11 bilhões, esta política implica uma transferência real de recursos — e, portanto, de poupança — do Brasil para os países centrais de aproximadamente o mesmo valor, correspondente a cerca de 5% do PIB brasileiro.

E fácil compreender que esse é um obstáculo fundamental ao desenvolvimento

do País. É razoável imaginar que o Brasil tenha superávits em transações reais para pagar parte dos juros devidos, mas o mínimo que o País pode exigir é a manutenção do valor real de sua dívida em dólares. Ora, devido à inflação norte-americana de cerca de 4% ao ano e à dívida brasileira de US\$ 102 bilhões, isto significa recebermos cerca de US\$ 4 bilhões de dinheiro novo a cada ano.

Em segundo lugar, há o problema de autonomia do Brasil em matéria de política econômica. A partir da dívida, os credores e o FMI entendem que têm o direito de orientar — e até monitorar — a economia brasileira. Exigem cartas de intenção recessivas, de acordo com uma visão da economia brasileira equivocada, que considera a inflação o principal problema a ser enfrentado, que diagnostica a inflação como sendo acusada pelo déficit público e pela emissão

de moeda, e que pretende enfrentar o problema principalmente através de medidas de caráter monetário e fiscal. Independentemente do acerto ou equivoco da política econômica exigida pelo Fundo, entretanto, o certo é que a definição da política econômica deve caber ao Brasil enquanto país soberano. E para alcançar esse objetivo a dívida externa é um obstáculo cujo enfrentamento e solução é uma condição prévia inescapável.

Em terceiro lugar, há o próprio problema de inflação. Só será possível combater efetivamente a inflação se, previamente, equacionarmos o problema da dívida externa e garantirmos uma "folga cambial", ou seja, se acumularmos reservas internacionais que permitam tomar as medidas de desindexação necessárias para eliminar a inflação autônoma ou inercial existente no Brasil.

Se nos perguntarmos quais foram as causas da aceleração da inflação em 1979-80, quando esta passou de 50 para 100%, e em 1983, quando passou de 100 para 200%, veremos que a causa fundamental foi a dívida externa, traduzida na necessidade de desvalorizar em termos reais o cruzeiro. As demais causas — todas choques de oferta e não de demanda — foram complementares.

A inflação brasileira é essencialmente uma inflação autônoma ou inercial. Os preços sobem impulsionados por choques de oferta, mantendo-se, em seguida, em patamares relativamente estáveis. Essa estabilidade deve-se aos fatores mantenedores da inflação, basicamente à capacidade de cada agente econômico manter a sua participação relativa na renda através da indexação formal e informal de seus preços. Como esses preços são

alterados defasadamente, a inflação passada tende a reproduzir-se autonomamente (independentemente de choques de demanda ou de oferta), ou seja, o movimento inercial dos aumentos defasados dos preços tende a perpetuar-se em sucessivos patamares.

Sucessivos patamares porque qualquer choque de oferta (uma máxima desvalorização, medidas de "inflação corretiva" nos preços públicos, variações nos preços relativos agrícolas, estrangulamentos na oferta de certos bens, elevações de salários reais acima da produtividade) constitui-se em fator acelerador da inflação, que eleva a inflação para um novo patamar. Em seguida, uma vez esgotados os efeitos dos choques de oferta, a inflação se mantém estável, inerte, autônoma, em seu novo patamar.

(*) Secretário de Governo do Estado de São Paulo.

ração esperada, e agora efetivada, da economia norte-americana, essas projeções assumiram todo o seu caráter fantasioso. Neste ano, a projeção do superávit comercial brasileiro já foi oficialmente reduzida de US\$ 12,6 bilhões para US\$ 11,7 bilhões.

Na verdade, podemos enumerar uma série de argumentos em favor desta prioridade para o problema da dívida externa.